



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 688318/2016

**DADOS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA**

COD. DA UNID. GESTORA 153014	COD. DA GESTÃO 15241	CNPJ 05.200.001/0001-01
---------------------------------	-------------------------	----------------------------

ENDEREÇO  
Avenida Tancredo Neves, 2501 – Montese

MUNICÍPIO/UF Belém/PA	CEP 66.077-530	TELEFONE (91) 3210-5236
--------------------------	-------------------	----------------------------

**REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE DESCENTRALIZADA**

CPF 049.002.862-49	NOME DO REPRESENTANTE LEGAL SUEO NUMAZAWA
-----------------------	--

TELEFONE (91) 3210-6505	EMAIL reitoria@ufra.edu.br	CARGO REITOR
----------------------------	-------------------------------	-----------------

**DADOS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA**

COD. DA UNID. GESTORA 533013	COD. DA GESTÃO 53202	CNPJ 09.203.665 /0001-77
---------------------------------	-------------------------	-----------------------------

ENDEREÇO  
Travessa Antônio Baena - 1113

MUNICÍPIO/UF Belém – PA	CEP 66093-082	TELEFONE (91) 4008-5440
----------------------------	------------------	----------------------------

**REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA**

CPF 614.535.872-68	NOME DO REPRESENTANTE LEGAL Paulo Roberto Correia da Silva
-----------------------	---

TELEFONE (91)4008-5440	EMAIL gabinete@sudam.gov.br	CARGO Superintendente
---------------------------	--------------------------------	--------------------------

**OBJETO E JUSTIFICATIVA DA DESCENTRALIZAÇÃO DO CRÉDITO**

**IDENTIFICAÇÃO (TÍTULO / OBJETO DA DESPESA)**

Desenvolvimento local: a geração de trabalho, renda e alimentos em comunidades do Vale do Acará, Pará, Brasil – Projeto Vale do Acará.

**OBJETIVO**

Buscar a inclusão social construindo a cidadania das comunidades selecionadas, por meio da capacitação de produtores familiares e implantação de sistemas de produção, alternativos, que assegurem uma alimentação rica em proteína animal e vegetal e que se possa ter excedentes para comercialização, tornando, assim, o projeto um indutor da geração de alimento, emprego e renda, além de um programa de inclusão digital dos jovens das comunidades rurais para que tenham acesso às informações de mercado, de melhorias de sistemas de produção e que possam disseminar informações de interesse da comunidade e inserção no mercado de trabalho.

**PÚBLICO ALVO**

Comunidades dos municípios de Acará, Bujaru, Concórdia do Pará e Tomé-Açu.

**JUSTIFICATIVA**

A análise da agricultura familiar no Brasil é uma tarefa que requer um tratamento especial dos dados primários disponíveis, pois as estatísticas que são divulgadas não consideram essa categoria socioeconômica. As tabulações do censo agropecuário, que é um dos poucos instrumentos de análise quantitativa do setor agropecuário no Brasil, não permitem a separação entre agricultura familiar e patronal na forma básica como os dados são disponibilizados pelo IBGE, restringindo-se à estratificação segundo a condição do produtor, o grupo de atividade econômica e os grupos de área total dos estabelecimentos agropecuários (Guanziroli & Cardim, 2000).

Existe uma multiplicidade de metodologias, critérios e variáveis para construir tipologias de produtores. A delimitação da agricultura familiar implica na identificação dos agricultores não familiares ou patronais.

O universo familiar é caracterizado pelos estabelecimentos que atendem simultaneamente, às seguintes condições: (a) a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor e; (b) o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado.

A questão da agricultura familiar envolve a discussão sobre a inclusão de tecnologias mais adequadas a este tipo de estabelecimento. A tecnologia de dimensão familiar é aquela que engloba um conjunto de técnicas e procedimentos, associados à forma de organização comunitária, que representem soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida (Lassance Jr. & Pedreira, 2004).

O desenvolvimento do setor agrícola da região norte pode ser separado em dois períodos. O primeiro perdurou até o final da década de 70, quando eram preconizados os usos de tecnologias dependentes de insumos que preservassem a fertilidade do solo, e de máquinas e equipamentos para as diferentes etapas do processo produtivo. A derrubada e a queima eram vistas como inadequadas tanto para a preservação como para permitir a sustentabilidade da exploração a longo prazo. O segundo período, que foi identificado a partir do início da década de 80, apresenta argumentos que apontam para adequação ecológica da agricultura familiar nas zonas de fronteira praticada pela população cabocla com o uso de derruba e queima (Almeida, 1992).

Estudos desenvolvidos nas pequenas propriedades da Região Norte, mais especificamente no nordeste paraense mostraram que as famílias dos pequenos produtores obtêm uma baixa remuneração pelas atividades desenvolvidas nas propriedades, além de se submeterem a um processo de muito desgaste físico.

É de se ressaltar a importância das tecnologias geradas através de conhecimentos acumulados pelos produtores, em especial por aqueles situados na Amazônia, onde o processo de modernização da agropecuária ainda não penetrou de forma intensa. É necessário se preservar o conhecimento acumulado e transformado em tecnologias pelos produtores, como forma de preservar o meio ambiente. A assistência técnica deve se ajustar ao processo de introdução de tecnologias e de produtos não tradicionais, buscando novas alternativas para viabilizar sistemas que melhorem o uso dos recursos e ao mesmo tempo provoque o incremento da renda (Dubois, 1996; May & Pastuk, 1996).

É aceito por muitos pesquisadores dos sistemas adotados em propriedades familiares, que o extrativismo propicia condições bastante satisfatórias para complementação das culturas alimentares. No entanto, quando isso é feito de forma predatória a atividade se torna insustentável no tempo, caso não venha acompanhada de programas de manejo adequado. (Bodmer & Rodrigues, 1992; Homma, 1993 e Kitamura, 1995). Na região do Vale do Acaraú, grande parte dos produtores de base familiar, principalmente os ribeirinhos, tem sua renda complementada com o extrativismo dos açaizais, (*Euterpe oleraceae*) e do cacau (*Theobroma cacao*) mas que devido um manejo inadequado, essas áreas vem se exaurindo ao longo dos anos e conseqüentemente diminuindo a renda das famílias.

Uma atividade não menos abandonada é a pesca; que quase sempre no passado e, muitas vezes até hoje, os pescadores artesanais são considerados ineficientes e improdutivo e, conseqüentemente, deveriam ser considerados como objetos de "programas de assistência social", ou mais diretamente, uma questão social. As estatísticas pesqueiras, no entanto, desmentem esse enfoque uma vez que a participação desses pescadores nos desembarques nacionais é, hoje, equivalente ou até maior do que a da pesca empresarial/industrial em termos de volume de produção.

A pesca artesanal é, atualmente a responsável por 52,5% do desembarque de pescado no Brasil e a Região Norte supre esses dados estatísticos com 83,3%. Isso nos permite afirmar que a pesca artesanal para a produção pesqueira nacional tem apresentado uma tendência crescente desde 1980, quando a pesca industrial representava 64% desse total (Costa, 2007).

Como historicamente a pesca artesanal vem perdendo terreno, nas regiões Sudeste e Sul e mantendo ou aumentando a sua participação nas regiões Norte e Nordeste, parece claro que as estratégias de desenvolvimento necessariamente passem por esse nicho produtivo

De modo geral, muitos problemas estão afligindo as unidades familiares nos municípios do Vale do Acaraú, e são áreas que terão influência do projeto, tais problemas são: (1) degradação ambiental – A área de influência do projeto possui ecossistemas ameaçados pela destruição de habitats, pesca mal manejada e ainda focos de exploração madeireira predatória. A destruição de habitat, especialmente os recursos pesqueiros, está reduzindo a oferta de alimentos e de renda; (2) conflitos sociais – A redução de ações que provoquem o desenvolvimento local, a questão fundiária são aspectos que via de regra produzem conflitos na região. A escassa presença governamental de forma ativa tem contribuído para agravar esses conflitos. Na ausência do governo, as organizações locais

151

(principalmente comunidades e ONGs) estão desenvolvendo sistemas de manejo fora do sistema formal de gestão. Embora essas iniciativas tenham aspectos positivos e inovadores, falta amparo legal, embasamento científico e mecanismos para integrá-los em um modelo para a gestão dos recursos naturais; (3) sistema de manejo insustentável – Embora haja vários estudos básicos sobre a ecologia dos ecossistemas da área em questão (estrutura, funcionamento e biodiversidade), os sistemas de manejo do ambiente adotado na região são insustentáveis no tempo. Como consequência, as práticas atuais de uso dos recursos naturais são largamente predatórias, como se observa, um processo de deterioração dos açaiçais nativos em função da extração ilegal de palmito; produção de amêndoas de cacau sem classificação no mercado devido as técnicas inadequadas de fermentação e armazenamento utilizado, escassez de peixe devido à pesca predatória principalmente sobre a forma arrastão e desrespeito a época de defeso.

Por exemplo, apesar do seu potencial agrícola, a região continua em crise, sem alternativas para resolver os problemas de degradação ecológica e baixa rentabilidade; (4) ausência de políticas específicas - As políticas públicas elaboradas para a Amazônia têm negligenciado a especificidade das localidades onde serão aplicadas essas políticas. Em geral, planejamento, desenvolvimento rural, monitoramento e controle, etc. são excessivamente genéricos e voltados a uma realidade equivocadamente generalizada, não distingue as especificidades dessas localidades apesar de existir uma grande diferença entre elas;

Nas localidades e vilas ribeirinhas, onde se encontram também grande parte das comunidades quilombolas, o saneamento é precário não havendo muitas das vezes água potável, são as áreas mais desoladas, cuja renda depende quase que exclusivamente do extrativismo, quanto a alimentação, a ingestão de proteína animal é deficitária, haja visto que tem uma produção mínima. A educação, é altamente prejudicada pela falta de estrutura física, didática e capacitação profissional. A organização social nessas áreas é deficitária dificultando dessa forma suas reivindicações de melhorias das condições de vidas, algumas comunidades praticamente sem acesso a energia elétrica.

A proposta deste projeto é resgatar a cidadania das comunidades rurais da Região do Vale do Acaraú, principalmente as comunidades quilombolas, através da capacitação e implantação de alguns sistemas de produção agroflorestais que assegure uma alimentação rica em proteína animal e vegetal e que se possa ter excedente para comercialização, dando maior dinamismo na produção. A credibilidade da Universidade na região, a proximidade de um centro de consumo e a facilidade de escoamento pode levar a comunidade se motivar a participar do projeto e alcançar os resultados esperados, e conseguir a melhoria da qualidade de vida.

A sustentabilidade do projeto está na descoberta das potencialidades locais, no enfrentamento das desigualdades na esfera econômica, tornando-se fundamental o engajamento da comunidade na condução dos objetivos comuns.

Assim, este projeto, tem como linha de atuação a inclusão social através da Geração de Emprego e Renda, reaplicando as tecnologias mapeadas pela Rede de Tecnologia Social. Isto se dará através da busca por incorporação de novas técnicas, através da capacitação de técnicos e produtores familiares nos cursos e oficinas e na implantação de sistemas de produção agroflorestais e a possibilidade de capacitar jovens das comunidades através da inclusão digital dos jovens.

A Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA neste projeto, como instituição proponente, colocará a disposição do projeto como contrapartida sua equipe de professores, técnicos e alunos, para o apoio as atividades a serem desenvolvidas no projeto.

\$

P.F.

## RELAÇÃO ENTRE AS PARTES

I - Para atingir o objeto pactuado, as partes comprometem-se a disponibilizar as informações necessárias para o bom andamento das atividades do projeto, bem como a cumprir as seguintes obrigações:

II - Compete à Sudam:

- a) Encaminhar para publicação o Termo de Execução Descentralizada no sítio da Sudam;
- b) Efetuar a descentralização dos créditos orçamentários, em conformidade com o cronograma de desembolso;
- c) Efetuar o repasse do recurso financeiro pactuado no cronograma de desembolso, condicionado à liquidação da despesa, pela unidade descentralizada;
- d) Acompanhar a execução física do objeto e verificar sua adequação por meio do Relatório de Cumprimento do Objeto apresentado;
- e) Registrar no SIAFI os valores a liberar formalizados por TED de forma a garantir a liberação dos recursos financeiros no exercício seguinte.

III - Compete a unidade descentralizada:

- a) Executar o objeto de acordo com o proposto no presente TED;
- b) Acompanhar a execução física e financeira do Objeto;
- c) Adotar todas as medidas necessárias à correta execução do objeto;
- d) Informar à Sudam sobre a liquidação da despesa via comunica SIAFI;
- e) Apresentar, quando necessário, proposta de termo aditivo devidamente justificada em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da vigência do TED;
- f) Manter arquivado o projeto básico ou termos de referência, com o devido detalhamento da estimativa de custos dos bens e serviços utilizados para elaboração do TED, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data de comprovação do cumprimento do objeto, pela Sudam;
- g) Efetuar o registro e controle patrimonial dos bens de natureza permanente adquiridos com recursos do TED;
- h) Assegurar e destacar a participação da Sudam em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto deste Termo;
- i) Restituir à Sudam o saldo eventualmente existente na data de encerramento, denúncia ou rescisão do TED, ou ainda, devolver o valor integral transferido, em caso de inexecução do objeto ou utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no TED;
- j) Os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, bem como os recursos financeiros não utilizados, deverão ser devolvidos até 15 dias antes da data estabelecida anualmente pela norma de encerramento do correspondente exercício financeiro divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda;
- k) Informar a Sudam, até 31 de dezembro de cada ano, o valor total que será inscrito em restos a pagar.

IV - Do acompanhamento e da apresentação do Relatório de Cumprimento do Objeto:

- a) A unidade descentralizada deverá apresentar Relatório Parcial de Cumprimento do Objeto no prazo x meses (conforme acompanhamento do objeto);
- b) A unidade descentralizada deverá apresentar Relatório de Cumprimento do Objeto, até x dias após a vigência do TED;

Informar, nas contas anuais da entidade, os créditos executados por descentralização, aos órgãos de controle.

### VIGÊNCIA

Este TED terá vigência de XXX meses, contados a partir da sua publicação no sítio da Sudam, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo, por solicitação da unidade descentralizada, devidamente fundamentada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

### PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

PROGRAMA DE TRABALHO	PLANO INTERNO	FONTE	NAT. DESPESA	VALOR (EM R\$ 1,00)
04.127.2029.20WQ.6000.0001	16PI20WQ001	100	3.3.90.39	60.000,00
		100	3.3.90.39	54.800,00
		100	3.3.90.39	35.200,00
04.127.2029.20WQ.6000.0004	16PI20WQ004	100	3.3.90.39	43.200,00
		100	3.3.90.39	61.092,00
		100	3.3.90.39	208.800,00
		100	3.3.90.39	141.200,00
		100	3.3.90.39	30.708,00
20.573.2052.20NE.6000.0001	16PI20NE001	250	3.3.90.39	111.200,00
		250	3.3.90.39	162.000,00
		250	3.3.90.39	126.800,00
		250	4.4.90.39	88.732,00
<b>TOTAL</b>				<b>1.123.732,00</b>

### CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

META	DESCRIÇÃO	PRAZO (EM MESES)
1	Mobilizar e abordar 20 (vinte comunidades rurais.	12 meses
2	Diagnóstico Ambiental ao longo do Rio Acará e afluentes.	12 meses

3	Avaliação e Monitoramento da qualidade da água do rio Acará e afluentes			12 meses
FÍSICO		FINANCEIRO		
UNIDADE	QUANTIDADE	N. DA PARCELA	LIBERAÇÃO (MÊS)	VALOR (EM R\$ 1,00)
unidade	3	variável	No mês da liquidação da despesa	1.123.732,00
TOTAL				
ASSINATURAS				
<p>Belém, 6 de dezembro de 2016.</p> <p><i>[Assinatura]</i> Responsável pela unidade descentralizada</p> <p><i>[Assinatura]</i> Superintendente da Sudam</p>				

*Prof. Suelo Numazawa*  
Reitor da UFRA

153  
J